



Liberdades democráticas ameaçadas pelo autoritarismo do Presidente

A grande imprensa não se cansa de registrar o que ficou conhecido como "estilo Collor". Na campanha, a gesticulação frenética que em discursos brevíssimos levava ao êxtase os *descamisados*, muitos conflitos envolvendo a sua segurança e programas de TV recheados de ataques pessoais, especialmente no segundo turno, quando até a vida privada do adversário foi vasculhada sem qualquer receio ético.

Pouco antes da posse, na viagem ao exterior, proezas esportivas e afirmações chocantes ilustraram o "estilo". A própria nomeação do ministério — pessoalíssima — reafirmou a determinação pessoal de decidir.

Durante a posse, seus discursos, no parlamento e no parlatório do Planalto, sublinharam o tom populista, do apelo fácil às camadas mais sofridas da população. Em seguida lança um conjunto de Medidas Provisórias, sendo que entre elas uma que proíbe o Judiciário de conceder liminares em ações cautelares que questionem o Plano Econômico.

Aos poucos, a ordem institucional começa a ser invertida, e as ameaças de prisão se sucedem. Só falta o "prendo e arrevento" dos tempos de Figueiredo. Mas a superação foi a invasão do jornal Folha de São Paulo pela Polícia Federal, autorizada pelo Presidente. Uma denúncia de troca de faturas em cruzados para cruzeiros foi a justificativa para a invasão, inclusive com elementos armados. O procedimento



da *Folha* quanto às faturas foi a mesmo de todos os veículos de comunicação, baseado em pareceres jurídicos.

TRANSPARÊNCIA

Já podemos afirmar que o "estilo Collor" tem uma essência autoritária, que ameaça o estado de direito e a liberdade de imprensa, e tende a submeter os indivíduos a à vontade do Estado. Assim como hoje foi agredida a imprensa, amanhã podem ser os sindicatos, e logo mais o pró-

prio Congresso.

Este estilo marcado por uma personalidade forte, pelo uso de uma máquina de propaganda, por abusos de autoridades, etc... já tem antecedentes na história. A Itália, por exemplo, já conheceu o estilo semelhante de Benito Mussolini. E nestes casos a democracia sempre saiu perdendo.

SOLIDARIEDADE

Diante da truculenta invasão da *Folha*, o SINERGIA se dirigiu ao Diretor

de Redação do jornal, Otávio Frias, com o seguinte telex:

"A Diretoria do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis vem manifestar seu repúdio ao flagrante desrespeito às liberdades democráticas perpetradas contra a *Folha de São Paulo* pela Polícia Federal. É inadmissível que um governo recém-eleito passe a adotar práticas que são características de regimes facistas, com atos discriminatórios de intimidação política".

Comando Nacional discute o pacote

No dia 26, enquanto era fechada a edição nº 91 do *Linha Viva*, o Comando Nacional dos Eletricitários estava todo reunido em Brasília discutindo alguns pontos da pauta unificada que ficaram para ser negociados em março. São eles: a compatibilização dos salários do Setor Elétrico, a questão dos contratos (nas Empresas que não regularizaram esta questão) e o Plano Collor. Nessa reunião do Comando será elaborada a intervenção dos eletricitários sobre o pacote, a ser apresentado na Plenária Nacional das Estatais, nos dias 27 e 28 deste mês. A Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil esteve representada no Comando pela sindicalista Maria Margarida Dantas, do SINERGIA.

Plenária Nacional das Estatais discute as privatizações

Todo movimento sindical e organizações representativas dos trabalhadores em Estatais estiveram reunidos em Brasília, nos dias 27 e 28 de março, formulando uma tática unificada da categoria frente ao projeto de privatização do Plano Collor. Essa discussão teve por base os seguintes entendimentos:

— As Estatais sob controle da sociedade, através do Estado como gestor do bem comum e do interesse de toda nação;

— As definições e projetos do setor abertos à discussão da sociedade organizada, através das instâncias de representação;

— As instâncias de decisão política democratizadas, permitindo a representação da sociedade organizada;

— As instâncias diretivas transparentes, permitindo auditorias por parte desta mesma sociedade organizada.

DELEGADOS

A assembléia do SINERGIA, realizada no dia 22, discutiu profundamente o Plano Econômico, com a participação do DIEESE, do Depto. Jurídico e de representante da CUT Nacional. Entre os esclarecimentos de dúvidas e diversas intervenções, ficou uma certeza: a categoria tem que participar ativamente de todas as atividades do Movimento Sindical, na perspectiva de construir uma alternativa política e econômica que favoreça os trabalhadores.

A assembléia elegeu os delegados que vão representar a entidade na Plenária Nacional. Os escolhidos foram Dinivaldo Gilioli (Eletrosul) e Rosimeri Siqueira (CELESC).



E os objetivos?

Delman Ferreira

Sec. da CUT Nacional e Vice-pres. SINERGIA

Os brasileiros exigiam e exigem medidas fortes e sérias no combate à inflação. Existia a consciência clara de que este duro combate implicaria em sacrifícios para muitos.

Porém, as pessoas só se dispõem a sacrifícios quando objetivos e regras estão claramente definidos.

O Plano de estabilização adotado traz medidas tecnicamente corretas. Porém, tornam-se extremamente polêmicas, porque estão isoladas, sem se fazerem acompanhar de um Plano Econômico de longo prazo.

O papel do Movimento Sindical e das forças que não se alinham com o Governo exigir e buscar conquistar algumas questões que entendemos básicas. O enorme Fundo Financeiro resultante do confisco tem que ser destinado ao resgate da vergonhosa dívida social do Brasil (saneamento básico, habitação, etc.). Temos que ter uma política industrial sólida e moderna, que leve o Brasil ao desenvolvimento, sem nos subordinarmos aos interesses internacionais.

Não se pode aceitar perdas salariais nem subterfúgios que tentam iludir os trabalhadores. Há que se proteger os trabalhadores contra os efeitos da recessão, protegendo-os do desemprego. Não se pode permitir que enquanto os especuladores pagam com alguns cruzados confiscados, os trabalhadores arquem com seu emprego e o sustento de suas famílias.

Além de exigirmos o fim da inflação, exigimos a construção de um país com regras sólidas em que se promova uma justa distribuição de renda.

Porém, acima de todas estas colocações, não se pode admitir, em hipótese alguma, as agressões à Constituição e a instalação de uma crise institucional de reflexos imponderáveis.

Alívio:

A CELESC sem Nogert Wiest

O final de tarde da quinta-feira (22), foi de comemoração para a maioria dos empregados da CELESC. O pedido de demissão do presidente da Empresa, Nogert Wiest, foi motivo para muitas cervejas, daquelas bebidas com um sentimento de alívio. E não foi para menos. Wiest impôs um clima de terror sobre os empregados da Empresa, demitindo, ameaçando e perseguindo.

Wiest, além de más lembranças, deixou para trás um rastro que ainda é vasculhado pelo Tribunal de Contas

do Estado e pela Assembléia Legislativa: um elenco de irregularidades que formaram um dossiê de mais de cem páginas. Os documentos levantados pelo SINERGIA ainda tramitam entre uma CPI na Assembléia e o Tribunal.

Mas nem todos comemoraram o afastamento da nuvem negra que pairou sobre a CELESC. Enquanto uns iam festejar, alguns fizeram fila e esperaram duas horas para se despedir de Wiest — eram aqueles que executaram fielmente pressões e ameaças.

Mas a fidelidade acabou logo após as despedidas: o mesmo grupo, ato contínuo, foi para a sede da Associação Catarinense de Engenheiros, confraternizar com históricos opositores de Wiest, certamente pensando no futuro.

A tempestade Wiest já passou. Quem perde são os que esquecem que as diretorias passam, mas os empregados ficam. Se o passado é ruim, também o futuro é incerto.

A consciência dos celesquianos sobreviveu, e vai permanecer firme!

As perdas salariais do Plano Collor



a possibilidade de haver ganhos reais de salário, neste contexto econômico e institucional.

A norma dos reajustes salariais, agora, é a seguinte: em 15 de abril, o executivo divulga o reajuste mínimo dos salários que vale para o mesmo mês de abril. O percentual de reajuste não terá, necessariamente, relação direta com índices ou metas de inflação. Somente após terem sido aumentados os salários é que, em 1º de maio, também o poder executivo decretará o percentual de reajuste máximo dos preços. Dessa forma, podemos ver que a Medida Provisória nº 154 introduz uma inversão no mecanismo de preços salariais. A legislação até então vigente partia da inflação do mês anterior para os salários. Além disso, incluía um escalonamento e trimestralidade (os tais 5% do IPC) em faixas de salários mínimos.

CONTINUA

Sob este ponto de vista, a nova sistemática poderia ser considerada um avanço para o trabalhador. Mas esta nova análise, este fracionamento do tempo em passado e presente oculta a continuidade das perdas salariais através do plano econômico. Considerando o IPC de março marcando os 80%, as perdas salariais dos empregados na CELESC atingem 44,44% do poder de compra estabelecido na database. Poderíamos dizer, inicialmente, que além dos 72,78% já definidos pela lei, seriam necessários outros 80% no reajuste salarial de março, para que se eliminasse estas perdas. A rigor, por efeitos estatísticos decorrentes da metodologia do IPC, ficaria faltando nos salários a inflação do período que vai de 1º de fevereiro a 31 de março, ou seja, 60 dias de inflação.

No caso dos empregados da ELETROSUL, a situação dos salários é semelhante, com a diferença de que esta tem aplicado o escalonamento das faixas salariais, repostas em parte por abonos compensatórios, que em média significaram mais 15,1% no salário real. Outro redutor das perdas é o pagamento em duas parcelas:

LIVRE

Estas perdas salariais foram lanças

das pela MP 154 para a livre negociação. Quanto a isso deve-se considerar que: a liberdade exige a igualdade de condições, de modo que a negociação alcance o equilíbrio pretendido. Também o movimento sindical tem como princípio uma regra básica: perdas não são negociáveis, são devidas. No Brasil a livre negociação não é tão livre assim.

1 — A lei de greve limita a liberdade das categorias essenciais;

2 — A Justiça do Trabalho interrompe a negociação;

3 — Categorias menos organizadas não têm a igualdade necessária;

4 — Os patrões têm um forte argumento para endurecer sua posição, sob o pretexto de que perdem na folha de pagamento de salários para o preço dos produtos.

Por fim, o Plano Collor consolidou as perdas salariais do "passado". A livre negociação não atende ao conjunto da classe trabalhadora, e à provável recessão que o Plano trará dificulta ainda mais a situação.

SUPERIORES

Nestes termos é que se coloca a questão de futuros ganhos salariais. O pressuposto para que isto venha a ocorrer é o regulamento salarial em

índices superiores à inflação corrente. Mesmo assim seriam necessários 12 aumentos reais de 5% para que seja reposta a perda causada por uma inflação de 80%. Por outro lado, é natural que os assalariados sintam reflexos positivos no seu poder de compra a partir de agora, uma vez que se compara o salário atual com o do mês anterior. Esta é uma ilusão que só será desfeita quando a questão salarial for assumida coletivamente, como veremos agora em abril em várias categorias profissionais, entre elas a dos metalúrgicos do ABC.

A MP terá que ser examinada pelo Congresso Nacional. Inúmeros congressistas e partidos políticos já manifestaram contrariedade e vontade de emendar a política salarial. Persiste um questionamento: porque no Plano a recuperação das perdas não foi definida? O argumento é de que poderia haver uma explosão de consumo não se sustenta em face às medidas de confisco. A reposição das perdas funcionaria como um contrapeso à recessão, propiciaria uma retomada do setor que produz para o consumo, aumento imediato das receitas tributárias do governo e também evitando mais concentração da renda nacional.

A CELESC e os maus negócios

É impressionante como o nome da CELESC, nos últimos anos, tem aparecido em negócios, pelo menos, estranhos. Um exemplo deles é a transação de uma terreno em Piçarras. Vejamos os fatos:

No dia 03/01/89 Wigand Roemers Júnior adquiriu de Nilza Silva Cabral uma área de 106.477,72 metros quadrados, no local conhecido como Santo Antônio, por 32 milhões de cruzados. O negócio foi registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Piçarras.

Dois dias depois foi registrada no mesmo cartório uma nova transação, desta vez de parte do terreno negocia-

do no dia três. Wigand Júnior vendeu para a CELESC (na ocasião representada por Luiz Brás da Silva) 43.077,79 metros quadrados da área que havia adquirido, ou seja, menos da metade. O estranho é que a Empresa pagou bem mais do que ele gastara para comprar toda a área. Segundo os registros do cartório, Wigand recebeu da CELESC mais de 41 milhões (NCz\$ 41.159.302,53).

As cópias dos registros das transações referidas se encontram à disposição dos interessados na sede do Sindicato dos Eletricistas do Vale do Itajaí.

CUT elabora plano de ação e negocia pauta com Executivo

Nos dias 31 de março e 1º de abril, os 83 membros da direção nacional da CUT estarão reunidos em São Paulo elaborando um plano de ação da Central, que será discutido com as entidades civis organizadas (OAB, ABI, Igreja e movimento dos Sem-Terra, etc.), pequenos e médios empresários e agricultores, buscando traçar uma tática unificada frente aos diversos pontos do Plano Collor. Essa discussão faz parte de um calendário que ainda prevê a realização de plenárias estaduais e reuniões com as entidades civis organizadas de 26 a 29 de março e no dia 30 um seminário: o Movimento Sindical nos anos 90. Sendo que até dia 25 já ocorreram assembleias por categorias e debates sobre o pacote. E fundamentalmente, a CUT conclama a todos os trabalhadores a se mobilizarem e participarem deste pro-

cesso, repudiando medidas que tragam perdas e prejuízos à qualidade de vida da maioria da população.

A CUT elaborou uma pauta para negociação com o novo governo, com itens que abragem os três poderes. Com relação ao Judiciário, está sendo encaminhado o estudo das ações cabíveis, devido ao ataque a Constituição. Ao Legislativo serão propostas medidas que preservem os interesses dos trabalhadores. Junto ao Executivo será proposta a negociação das cláusulas da pauta da CUT. São elas: defesa do salário e do emprego, evitando que ocorra arrocho salarial, impedindo que sejam consolidadas as perdas anteriores, com medidas de proteção ao emprego e na luta pela jornada de trabalho de 40 horas. Será proposta também a Reforma Agrária e a defesa das estatais e do patrimônio público.

Gratificação beneficia poucos na CELESC

Alguns dos recebedores dos salários mais altos da CELESC estão recebendo uma Gratificação de Ajuste de Mercado — AGM, que é uma soma bem considerável. Trata-se, na realidade, de um "cala boca", originário de uma pesquisa baseada em critérios nebulosos, que não contemplam a imensa maioria dos empregados, os quais sabidamente percebem salários abaixo do mercado. Esta é mais uma iniciativa da Gestão que se dizia participativa.

Intersindical não participa do Grupo de Tarefa Plano III

A Intersindical achou oportuno esclarecer que não está participando do Grupo de Tarefa do Plano III da estrutura de cargos e salários da CELESC.

No dia 17 de janeiro foi enviado um comunicado ao diretor admi-

nistrativo da Empresa colocando a decisão dos Sindicatos e solicitando que o "Plano de Carreira original seja resgatado e definitivamente implantado pela CELESC".

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE FPOLIS BALANCETE DO MÊS 12/89 INTERSINDICAL BASE ELETROSUL

Saldo disponível em 11/89 (conta 221-9).....	NCz\$	5.917,33
Saldo conta 221-9 (Over).....	NCz\$	805.441,67
Depósitos.....	NCz\$	13.500,00
Pagamentos.....	NCz\$	16.572,66
Saldo conta corrente (221-9).....	NCz\$	21.134,24
Saldo conta Over.....	NCz\$	1.271.328,31
Total.....	NCz\$	1.292.462,55

A Intersindical Base Eletrosul é composta pelos seguintes Sindicatos: STI. de Energia Elétrica de Tubarão; STI. de Energia Elétrica de Lages; STI. de Energia Elétrica do Vale do Itajaí; STI. de Energia Elétrica do Norte do Estado de SC; STI. de Energia Elétrica de Fpolis; Sindicato dos Administradores do Estado de SC; Sindicato dos Engenheiros do Estado de SC; STI. Urbanas do Paraná; STI. de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul; STI. Urbanas de Londrina; Sindicato dos Urbanitários de Maringá; APROSUL (Associação dos Profissionais da Eletrosul).

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE FPOLIS DEMONSTRATIVO DE RESULTADO EM 31/12/89

Receitas.....	1.930.435,51 (+)
Despesas.....	635.445,64 (-)
Investimentos.....	416.300,68 (-)
Obrigações a pagar.....	4.137,20 (+)
Superávit no período.....	882.826,39
Disponível em 31/12/88.....	15.219,80 (+)
Total disponível.....	898.046,19

DEMONSTRATIVO DO DISPONÍVEL

Caixa.....	10.133,51
CEF Cta. Movimento.....	325.797,42
CEF Cta. Sindical.....	51.966,91
CEF Cta Poupança.....	510.148,35
Total.....	898.046,19

Florianópolis, 31 de dezembro de 1989

CONTA ESPECÍFICA PARA CAMPANHAS DE MOBILIZAÇÕES CELESC (0,5% MENS.)

Retirada no mês.....	NCz\$	270.000,00
Saldo conta 11674-6 (dia 19/12 a 05/01/90).....	NCz\$	3.846,47

Florianópolis, 26 de março de 1990.